

Não ao ataque aos planos previdenciários!

Sindicato e demais entidades reiteram pedido de suspensão da retirada de patrocínio à Previc

Reunião aconteceu nesta segunda (24), em Brasília. Ela foi agendada pela Anapar e contou com a assessoria jurídica do escritório de advocacia D'Ávila & Coelho. Entidades solicitaram a reanálise de todas as denúncias e reclamações sobre os processos de retirada de patrocínio e de migração no âmbito da Vivest



Sinergia CUT

Representantes do Projeto Sinergia CUT, da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão), do Instituto Adecon, do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) e assistidos do PSAP Eletropaulo/Enel se reuniram, nesta segunda (24), com Ricardo Pena, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em Brasília. As entidades voltaram a solicitar a suspensão imediata dos processos de retirada de patrocínio e de migração dos planos de previdência administrados pela Vivest.

Para justificar o pedido reiterado, já que foi feito em 15 de fevereiro deste ano ao ministro da Previdência, Carlos Lupi, as entidades apresentaram uma série de documentos a Pena e a sua diretoria. Toda a documentação foi elaborada com a assessoria da advogada Tirza Coelho de Souza. Um dos focos foi a retirada de patrocínio da Enel, que abriu precedência para que outras empresas usassem da mesma prática.

O dossiê apontou as “jabuticabas amarelas ou cabeludinhas” escondi-

Participantes da reunião

- Ricardo Pena, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social. Estava acompanhado de sua diretoria.
- Claudinei Donizeti Ceccato, presidente do Sinergia Campinas.
- Gentil Teixeira de Freitas, responsável pelo Coletivo dos Aposentados do Sinergia Campinas.
- Jurandy Pimentel, coordenador do GT de Fundações do Sindicato.
- Antonio Bráulio de Carvalho, diretor de Administração e Finanças da Anapar.
- Vanderley Rosa, diretor de Previdência e Saúde do Instituto Adecon.
- Osvaldo Passadore Junior, do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo.
- Fernando Mirancos e Aurélio Pavão, assistidos da Eletropaulo/Enel.
- Companheiro Roberto Zambon.
- Tirza Coelho de Souza, do escritório de advocacia D'Ávila & Coelho.

das dentro das propostas de retirada de patrocínio e de migração por parte da Vivest (nome fantasia da Fundação Cesp). Isso porque, segundo os dirigentes, novas resoluções e alterações de outras feitas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) passaram a ignorar os acordos assinados à época da privatização do setor elétrico paulista, como os termos de adesão individuais, que garantem a renda mensal vitalícia.

As entidades entendem que os editais e contratos de privatização e os ACTs são anteriores a essas novas re-

soluções. E todos foram homologados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), como era chamada a Previc até 2009. Na avaliação delas, a retirada de patrocínio pode acontecer e está prevista na legislação, mas deve ocorrer desde que sejam pagos todos os direitos adquiridos nesses acordos.

A Previc, segundo os dirigentes, ficou de avaliar as denúncias, inclusive sobre o termo de retirada de patrocínio da Enel e a falta da obrigação de sua publicidade e transparência nesse processo. As entidades também reiteraram o pedido da Anapar.

É hora de lutar contra os ataques aos planos de previdência complementar

O Sinergia CUT e as demais entidades apoiam o pedido da Anapar feito ao ministro da Previdência, Carlos Lupi, no mês passado. Além disso, trabalha em várias frentes para tentar barrar quaisquer retrocessos

O Sinergia CUT e as demais entidades defendem o pleito feito pela Anapar ao ministro de Previdência, Carlos Lupi, no mês passado. Seguem abaixo os pedidos entregues em documento ao ministro:

1. Promover a realização de consultas e audiências públicas, presenciais e/ou virtuais, como forma de aprimorar a participação da sociedade na tomada de decisões sobre a política de Previdência Social e sobre a gestão do sistema previdenciário garantindo-se: a divulgação ampla e prévia de sua realização, prazos e formas de participação; a disponibilização prévia e integral de documentos e produção de materiais necessários ao debate, resumos e em linguagem acessível;

2. ALTERAR a composição do CNPC (art. 6º) e do CRPC (art. 7º) descrita no Decreto nº 7.123, de 2010, deixando a representação quadripartite nesses Colegiados;

3. REVOGAR § 1º do art. 6º e ALTERAR o inciso I do caput e o § 1º do art. 7º do Decreto nº 7.123, de 2010;

4. Apresentar um PL/Projeto de Lei para alterar a Lei nº 12.154, de 2009, no que se refere à composição dos colegiados, estabelecendo a representação quadripartite com quatro membros do Estado, um membro dos Patrocinadores/Instituidores, um membro das EFPC/

Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dois membros dos Participantes/Assistidos, estabelecendo uma presidência rotativa por essas quatro representações:

i. No CNPC, tenha 4 (quatro) participantes indicados pelo poder público; 1 (um) indicado pelas entidades fechadas de previdência complementar; 1 (um) indicado pelos patrocinadores e instituidores; e 2 (dois) pelos participantes e assistidos dos planos de benefícios;

ii. Na CRPC, tenha 3 (três) escolhidos dentre a lista tripartite apresentada pelos seus pares entre servidores federais ocupantes de cargo efetivo, em exercício no Ministério da Previdência Social ou entidades a ele vinculadas (com exceção da PREVIC); 1 (um)

pelos entidades fechadas de previdência complementar; 1 (um) pelos patrocinadores e instituidores; e 1 (um) pelos participantes e assistidos;

iii. Também se propõe um acréscimo na redação do §1º do art. 16 da Lei nº 12.154/2009, de forma a prever, de forma expressa que, no caso de empate no julgamento de recurso administrativo perante a CRPC, o voto de qualidade do Presidente da CRPC deverá ser sempre a favor do acusado, em obediência ao princípio constitucional do *in dubio pro reo*.



Nossas frentes contra os ataques aos planos

O Sinergia CUT trabalha pelo enfrentamento às investidas das patrocinadoras e pelo cumprimento dos acordos e contratos de concessão, que têm relação direta com os planos de previdência complementar fechado do setor elétrico paulista. Também luta por mudanças que efetivamente tornem mais justa a regulação e a relação entre participantes, patrocinadores e entidades de previdência. Por isso, atua em diversas frentes, que vão desde lives para deixar todos informados até denúncias e ações judiciais. Fique ligado!!!

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo. Sede: Rua Doutor Quirino, 1509 - Centro - Campinas, SP CEP: 13015-082. Fones: Campinas Sede (19) 3739-4600

Diretor de Comunicação: Luiz Carlos dos Santos

Redação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lilian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Ilustração: Ubiratan Dantas E-mail: comunicacao@sinergiaspcut.org.br

EXPEDIENTE

